

A EVOLUÇÃO DO LIVRO CHAMADO GRAMÁTICA: A ESTRUTURA LINGÜÍSTICA E A PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE

Helda Núbia Rosa - UFG / UEG¹
Sebastião Elias Milani - UFG²

Este é um trabalho de cunho historiográfico que pretende mostrar o processo de ruptura e continuidade, no que se refere ao livro gramática e sua introdução na sociedade. As leis educacionais e a própria história do Brasil fez com que a tradição gramatical vinda desde o século XIX, se fizesse, durante o século seguinte, mais continuidade do que ruptura propriamente, mesmo com todas as mudanças propostas. É nesse ponto que entra a historiografia lingüística que norteará os trabalhos realizados com as duas gramáticas escolhidas, Gramática Expositiva e Curso Prático de Português, duas obras que aconteceram em épocas distintas. Sendo a primeira do início do século e a segunda da década de 1970, ápice da ditadura militar. Para que essa investigação seja feita a contento ainda analisar-se-á algumas leis educacionais a fim de que essas corroborem com o que se afirmará aqui.

Partindo deste pressuposto é que os Annales começam “por volta de meados do século XVIII, certo número de escritores e intelectuais na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países começou a preocupar-se com o que denominava a ‘história da sociedade’” (BURKE, 1997, p. 17). A nova história começa a mudar o modo de pensar daqueles que fazem a escrita e reescrita da história social. Dessa forma ruptura e continuidade são percebidas pelo texto escolhido pelo historiógrafo da lingüística para amparar suas pesquisas.

Febvre e Bloch foram os responsáveis pelo movimento dos Annales que pretendia e conseguiu atravessar fronteiras culturais, desse modo a historiografia não se limitou às fronteiras da História, mas chegou até os lingüistas também. No Brasil, Braudel, professor da Universidade de São Paulo nos anos de 1930 ainda é hoje lembrado porque deixou discípulos e seguidores que se incumbiram de propagar a historiografia.

Por isto a Historiografia Lingüística é uma ciência ainda muito recente já que só se firmou de fato há duas décadas e, segundo Faccina (2002), desenvolveu-se rapidamente e ganhou muito prestígio em centros de pesquisas no mundo. No Brasil, institucionalizou-se em 1994, ano de credenciamento da disciplina como Historiografia Lingüística: a formação da Lingüística brasileira, junto ao programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo.

Reconstruir as práticas lingüísticas requer atenção nos movimentos de continuidade e ruptura das correntes filosóficas, políticas, econômicas e sociais que influenciaram no ensino de Língua Portuguesa ao longo do tempo.

Por isso, são recentes os estudos que primam pela construção das gramáticas no que tange aos grandes acontecimentos históricos, econômicos, ideológicos do Brasil recém republicano até o período ditatorial. Nesse contexto, vários são os gramáticos ressaltados a fim de caracterizar a tradição gramatical no final do século XIX e início do século XX período em que as gramáticas nacionais ou nacionalizadas vão aparecendo em solo brasileiro. Desses que se destacaram como modelos para as futuras gerações, elenca-se principalmente: Júlio Ribeiro, autor português, que serviu como fonte para Pereira (1907) segundo ele mesmo confessa no prólogo da 1ª edição: “Depois que Júlio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos gramaticais, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflito entre a escola tradicional e a nova corrente.” (PEREIRA, 1907, p. 9). E é nessa nova direção que caminha a Gramática Expositiva.

Contudo esse trabalho terá como corpus além da Gramática Expositiva (7ª edição, 1918), também o Curso Prático de Português de Silas Leite de Almeida, do qual foi elencado o exemplar da 1ª edição de 1971.

A respeito dos autores, Carlos Eduardo Pereira era republicano, pertencia à cúpula da Igreja Presbiteriana, abolicionista, tradutor e ainda professor do Colégio Pedro II. E Silas Leite de Almeida é bacharel e licenciado em letras clássicas pela UFMG, além de professor do Instituto Champagnat. De acordo com a concepção da Historiografia Lingüística, trabalhar-se-á na perspectiva de análise dos fatores políticos,

¹ Aluna do curso de pós graduação, Letras e Lingüística, da Universidade Federal de Goiás e professora do curso de Letras da Unu – Jussara – UEG. heldanubia28@hotmail.com

² Professor Doutor da Universidade Federal de Goiás e orientador do trabalho. sebas@letras.ufg.br

econômicos, educacionais que contribuíram para que as gramáticas analisadas fossem como são e não de outra forma.

Em conformidade com Pereira, Almeida também confessou suas fontes, dentre as quais se encontra Pereira, e ainda foi mais longe ao admitir que em nada sua gramática fosse inovadora. O que é constatado logo no prefácio quando ele diz: “[...] queremos deixar claro ao leitor que este trabalho não apresenta originalidade nem profundidade. Trata-se apenas de curso ministrado por nós [...]” (ALMEIDA, 1971, prefácio).

O que se pretende então é saber em que medida as questões exteriores a cada um deles influenciaram na evolução do livro chamado gramática, bem como observar os aspectos físicos dos livros se foi em conformidade com a época da produção das obras em estudo.

1. Contexto histórico

“Não é segredo que a industrialização mudou o panorama sociocultural econômico do mundo e fez as cidades da Europa crescerem muito”, de acordo com Milani (2000). Mesmo que tardiamente isso também se deu no Brasil. Desde o princípio do século XX, o Brasil tem passado por inúmeras reformas políticas. A república denominada Café com Leite trouxe grandes avanços para a economia brasileira, no entanto, no que tange à educação isso já não é tão verdade assim.

Nos anos de duração da República Velha, de 1891 até 1930, muitas coisas ocorreram como, por exemplo, a Coluna Prestes liderada por líderes tenentistas que tencionavam lutar contra o governo oligárquico. A saber, oligarquia significa governo para poucos que tinha no poder a elite. Infelizmente, não só nesse tipo de governo, mas em quaisquer outros tipos, uma vez que no Brasil, sempre foi assim, a elite governando a massa.

Em meio ao clima um pouco tardio, pós Revolução Industrial, as novidades começaram a chegar com o século que “deveria ter sido chamado de século das luzes mais que o original” (SAVIANNI, 2000, prefácio). Assim, a tecnologia invade o século XX com a chegada do cinematógrafo, do fonógrafo, da linotipo, do gramofone, do daguereótipos que anunciam o que seria esse século.

Mesmo nesse contexto de novidades variadas, a gramática de Pereira foi muito bem aceita pela escola. Nos primeiros anos do século XX, a escolarização manteve-se como fator importante para a oligarquia, contudo a educação precisava ser assistida com recursos materiais e financeiros melhores. Bom seria se todos pudessem gozar de uma educação de qualidade gratuita. O Brasil ficaria para trás se não agisse logo. Segundo Aranha (1996, p. 198) “A situação é grave, já que na década de 20 o índice de analfabetismo atinge a alta cifra de 80%”.

Tendo uma cifra tão vultosa de analfabetismo, se conclui que Pereira ditava um modelo de língua para a elite, aqueles que estudavam no Colégio Pedro II. E é interessante ressaltar que a Gramática Expositiva serviu como um livro sagrado para o ensino de língua naquele colégio por exatamente cinco décadas e só deixou de sê-lo devido a criação da NGB³. Nesse momento a Gramática Expositiva foi substituída por outras que obedeciam à legislação vigente.

Na época em que a 7ª edição da Gramática Expositiva foi publicada a educação era uma prioridade do governo, ainda que o analfabetismo, como já foi comprovado acima, fosse muito grande. Muitas reformas educacionais foram feitas. Os educadores repensavam a escola e ansiavam pela Nova Escola que sofria influências de Darwin, Freud e Marx. Naquele momento as palavras símbolo do nacionalismo ecoavam na mente de educadores, educandos e principalmente do governo: “Pátria, Ordem e Progresso”.

Por mais que os educadores quisessem pouco se podia fazer num país, como era o Brasil, cheio de línguas estrangeiras que o invadiam por causa da migração que vinha de todos os cantos e ia para todos os lugares. O ensino de gramática, então, passa a ser sinônimo de ensino de língua. Como confirma Bastos (1999):

A preocupação dos primeiros gramáticos da língua portuguesa, assim como a dos que os seguiram, era a imposição de um falar “popular”, isto é, da nova língua do Lácio que deveria ser imposta em lugar do latim, porém pautado no falar dos homens “*doutos*” da

3

Nomenclatura Gramatical Brasileira. A NGB foi criada em 1958 por um grupo de estudiosos e gramáticos de muito prestígio, como Antenor Nascentes, Rocha Lima e Celso Cunha. No ano seguinte, foi transformada em lei por uma portaria do presidente Juscelino Kubitscheck e passou a ser utilizada obrigatoriamente nas escolas de todo o Brasil. Antes da existência dessa lei, o estudo da gramática não era unificado e havia muita confusão com o uso de diversas terminologias.

época, o que está de acordo com as nossas idéias atuais a respeito do ensino de línguas a falantes nativos (*Grifos do autor*) (BASTOS, 1999, p. 258).

A preocupação com o ensino da língua é uma questão de nacionalidade. A nação está sempre em primeiro lugar ainda mais agora que o povo brasileiro achava que as questões referentes ao letramento estivesse próximo do fim principalmente depois de 1930 quando a escola começa a mudar.

Não só a elite tinha interesse pela educação, mas todos os profissionais, isto é, aqueles que primavam pela educação, começaram a lutar para que ela fosse de qualidade e gratuita. “Os intelectuais escolanovistas produzem obra abundante e pretendem remodelar o ensino brasileiro, mas suas considerações dependem da produção estrangeira, faltando uma análise profunda de nossa realidade” (ARANHA, 1996, p. 198).

Muito provavelmente tenha sido esse o erro daqueles primeiros educadores: terem escapado do que era primordial para aquele momento, a preocupação em enaltecer a própria nação. Deveriam, talvez, terem se atentado para a realidade do povo marginalizado por ser negro, pobre, analfabeto, ter um governo oligárquico, não ter escolas suficientes para todos, pelas escolas serem elitizadas. A educação brasileira tinha tudo para ser melhor.

Ao invés disto preferiram se basear em autores de outras realidades como Dewey e Durkheim cujas idéias foram trazidas pelo filósofo Anísio Teixeira e pelo sociólogo Fernando de Azevedo. Foram eles também os responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros que consistia num documento assinado por 26 educadores e que defendia a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado. Vale ressaltar que a gratuidade do ensino fundamental já estava determinada desde a primeira constituição brasileira que data de 25 de março de 1824.

Embora o país estivesse passando por um período conturbado devido a crise mundial como nos afirma Wernek e Sodré (1967, p. 286) “a crise se revelava (...) o grau de acumulação já atingido, a amplitude das relações capitalistas e as enormes possibilidades que elas encontravam desde que desimpedidas em seu desenvolvimento” (apud ROMANELLI, 2001, p. 48), o Brasil conseguiu se sobressair porque apostou na industrialização o que era mais viável naquele momento.

Desse modo o país se tornaria realmente capitalista. Um país capitalista e industrializado exigia a formação do capital humano. Exigências relacionadas com o ensino e não com a pesquisa. Romanelli (2001) diz que

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por apresentar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 2001, p. 59).

A educação estava mudando, o período era propício a isso embora nem mesmo a população interessada se atentasse para isso, ansiasse essas mudanças. Dessa forma a pesquisa em educação ficava cada vez mais distante das universidades e, principalmente, das escolas. Pouquíssimos eram os que se atentavam para esse fato.

2. Curso Prático de Português

Silas Leite de Vasconcelos escreve sua gramática com o intuito de apenas de ser mais uma e não para inovar, acrescentar. Como já está dito uma de suas fontes é Pereira, além é claro de outros renomados autores como Antenor Nascentes, Silveira Bueno, Adriano da Gama kury, Ismael Coutinho e outros mais.

Nessa época, 1971, o Brasil já estava mergulhado nos anos de chumbo da ditadura militar que se inicia em 1964 com a Era Vargas. Entre os anos de 1930 e 1964 houve um aumento de defasagem entre a educação e o desenvolvimento econômico que talvez tenha sido “funcional, tanto para o sistema econômico quanto para o sistema político” (ROMANELLI, 2001, p. 16).

Apenas alguns grupos de tendências ideológicas distintas se opunham às forças conservadoras da aristocracia rural, como exemplo destes pode-se citar os militares, os intelectuais, além de alguns segmentos da classe média. Desta situação se aproveita Getúlio Vargas que se torna chefe de governo provisório. Ele era mais conhecido como “pai dos pobres” tática de conquista da massa, para, na verdade, reprimir a

estrutura sindical colocando-a sob domínio do Estado. Assim as revoluções poderiam ser menores causando menos prejuízos.

A República Populista (1945 – 1964) só termina com o golpe militar. O populismo foi um fenômeno típico da América Latina. Isso se dá em decorrência do crescimento da burguesia. O governo desenvolve uma política de massa, manipulando e dirigindo a vida do povo, e ao mesmo tempo, reconhece os anseios populares e se curva diante deles. Nesse período Vargas volta ao poder e estabelece o monopólio estatal brasileiro, a Petrobras. Esse fato reafirmou o mito de nacionalidade porque os brasileiros lutavam.

No período do pós-guerra os Estados Unidos da América tem sua hegemonia consolidada. E não estava longe a invasão americana ocorrida no governo Kubitschek, em decorrência disto, as indústrias multinacionais adentram o país e trazem boas e más conseqüências.

O crescimento decorrente da entrada do capital estrangeiro tem várias faces. Se por um lado amplia e diversifica o parque industrial, por outro o imperialismo norte-americano se faz sentir nos rumos econômicos e também políticos do país. Crescem as disparidades regionais, os centros urbanos começam a inchar, aumenta a inflação e as distorções da concentração de renda agravam a pobreza (ARRUDA, 1996, p. 195 – 196).

Como toda mudança, essa trouxe os prós e os contras. As pessoas que deveriam ser beneficiadas não foram, porque estavam cada vez mais às margens da sociedade. Temerosos com o que poderia ocorrer num futuro bem próximo, por exemplo, uma revolução como a cubana em que o povo, liderado por Fidel Castro, depõe o presidente em vigor, institui o socialismo, nacionaliza as empresas e bancos que antes eram presididos por americanos, e, enfim, fogem do capitalismo.

Já são bastante conhecidos os episódios que marcaram o golpe de 1964, que não se caracterizou por combates cruentos, mas, ao contrário, por lances burlescos, sendo talvez o mais notável o fato de ter-se iniciado contra a vontade daqueles que o tramavam. [...] O golpe, porém, dependia da iniciativa propriamente militar, e as evidências que dispomos apontam certa tibieza da parte dos oficiais-generais de fato importantes que esperavam uma iniciativa marcadamente ilegal de João Goulart[...] (FICO, 2004, p.15).

Por tudo isso, as forças conservadoras e anticomunistas, depuseram o presidente João Goulart e instauram a ditadura militar. Esse foi um período muito difícil, conturbado, que deixaram marcas fortes como a censura, a tortura, a prisão, os assassinatos. Os Atos Institucionais serviram para amedrontar e controlar a vida da população. Cada Ato que era instituído tinha como intenção coibir alguma fagulha que escapava das mãos dos ditadores.

Dessa forma, é fato que Brasil sempre foi colônia econômica e cultural, e não podia ser diferente pelo curso tomado por todos que fizeram parte das discussões no período. A educação em meio a todo esse disparate social, econômico e político vivido sofreu também as conseqüências que se concretizaram por meio de leis e decretos que a tornaram cada vez mais longe da pesquisa e direcionada ao ensino puro e simples.

Cada vez mais o ensino estava vinculado ao modo de vida das pessoas. A Reforma Capanema não foi outra coisa a não ser regulamentar por meio de decretos-leis, assinados de 1942 a 1946, o ensino secundário, que seria agora constituído de ginásio de quatro anos e colegial de três, dividido em curso clássico, dando mais importância às humanidades, e científico. Sobre isso, diz Romanelli (1987):

Em síntese, a julgar pelo texto da lei, o ensino secundário deveria: a) proporcionar cultura geral e humanística; b) alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista; c) proporcionar condições para o ingresso no curso superior; d) possibilitar a formação de lideranças. Na verdade, com exceção do item b, constituído de um objetivo novo e bem característico do momento histórico em que vivíamos, a lei nada mais fazia do que acentuar a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático (ROMANELLI, 1987, p. 157).

Observa-se com clareza o delinear da educação que já se esboçava nesse momento. Como nos diz o item b, que a própria Romanelli (1987) julga novo e característico do período. O que antes caracterizava os ideais estrangeiros, agora prevalecia a ideologia de um governo autoritário embora populista como é o caso de Getúlio Vargas. Foi exatamente com essa reforma que surgiu o senai e o senac que possibilitaram a associação com o regime dual de governo que pregava tanto o atendimento das necessidades populares, no caso a educação, quanto às próprias necessidades, manter sob pulso firme as rédeas da situação.

O SENAI foi criado e mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, para atender a demanda das indústrias que exigiam mão-de-obra qualificada, o que poderia possibilitar tanto a formação quanto a “reciclagem” do profissional. E o SENAC atendia a população de baixa renda que carecia de se profissionalizar, o empreendimento foi um sucesso porque o aluno era pago para estudar. A reforma Capanema também regulamentou a formação de professores, apesar de as escolas normais já existirem desde o século XIX.

Mesmo com todas essas transformações decorridas durante a primeira república ainda não foram suficientemente satisfatórios os debates e as tomadas de atitudes no que diz respeito ao ensino fundamental, por exemplo, que continua desleixado. Só no início da década de 1960, o projeto da LDB (Leis de Diretrizes e Bases) começa a vigorar depois de 13 anos engavetada. Nessa mesma época Darcy Ribeiro, pretendendo renovar a universidade, cria a UNB (Universidade de Brasília), que logo será violentamente reprimida pela ditadura.

Além de entrar em vigor a LDB, tem-se ainda um fluxo muito intenso de pensadores em educação como Paulo Freire, que visava principalmente a educação de base. A criação do “método Paulo Freire” foi de grande valia para alfabetizadores que se encontravam desorientados. Com ele esperava-se que os professores se mantivessem abertos ao diálogo, coisa muito difícil num contexto ditatorial como aquele. Os movimentos de educação popular se inflamam a década de 1960, mas são sumariamente desarticulados com o golpe de 1964.

Os anos de chumbo serviram para reprimir os movimentos populares. Os diretórios estudantis foram desativados, os grêmios são transformados em centros cívicos. Ora, não é de estranhar que um governo militarista tomasse uma atitude como essa. Realmente, os alunos do segundo grau deveriam ser vigiados muito de perto, pois é nessa fase da vida que surgem as indagações, as oposições, firmam-se as idéias esquerdistas. O jovem quer na realidade ser contestador de qualquer coisa que o cerque, que coíba sua liberdade de ser jovem. Daí a necessidade de vigiá-los de perto. Professores e alunos eram tidos como pretensos subversores que a qualquer momento poderiam se rebelar. Na verdade, o governo ditador queria ter certeza sobre o terreno em que estava pisando. Os ditadores acreditavam que melhor seria manter o povo nas “trevas da ignorância” (SODRÉ, 1999, p. 18) como era previsto para aquele período.

A educação é tecnicista. Une-se aí a filosofia positivista e a psicologia behaviorista. “No século XX, a psicologia continua a sofrer a influência de tendências positivistas, sobretudo o behaviorismo norte-americano (behaviour, em inglês significa conduta, comportamento)”, isto segundo Aranha (1996, p. 167). O que na verdade eles queriam formar eram pessoas domesticadas para fazer algum tipo de serviço, como pregava a Revolução Industrial sem que ninguém conseguisse operar em todas as fases da produção. Assim era muito mais fácil controlar a massa.

A Lei nº 5.540/68 modificou a LDB de 1961 e propiciou uma reforma universitária que tendia a desfazer o equilíbrio que pudesse existir. Professores são escolhidos minuciosamente, reitores são indicados como pessoas de confiança, houve a unificação do vestibular.

A isso resume a necessidade vivida pela sociedade imediatista da época. Muito provavelmente seja por pensar assim que o Brasil não tenha se desenvolvido a contento. Bem como ocorreu com os demais países da América Latina. Muitos idealistas do início do século pensaram que o país pudesse alcançar a sua independência ideológica assim que se fizesse desse país um país de letrados. O que nunca ocorreu.

3. A Gramática Expositiva e o Curso Prático de Português

É a tudo isso que a Gramática Expositiva sobrevive. Ela na verdade não rompe com os ideais da época, apenas os vivifica a cada dia com suas regras secas, sua ideologia repressora e repetidora dos preceitos criados pela nova república como o próprio autor nos afirma no prólogo da 8ª edição, 1918: “O amor ao estudo da língua vernácula, rica herança de nossos avós, o apoio animador de uma parte respeitável do professorado nacional, o desejo ardente de que o idioma pátrio seja não só o *vínculo sagrado e forte de nossa nacionalidade* [...] *Grifo nosso* (PEREIRA, 1918, p.14).

A nacionalidade, a referência à pátria, à ordem e ao progresso se tornam fato a partir desse ideal de estudo da língua portuguesa pregado pelo autor. O positivismo pregado desde o século anterior influenciou o discurso nacionalista que no Brasil ficou mais evidente com o século XX. Como já foi dito, o país passava por uma fase de constituição da própria nacionalidade e a gramática de maior status no país não poderia se negar a pensar assim.

A citação acima soa quase como um discurso político inflamado, feito do púlpito ao público que se embriagava com aquelas palavras. Fica claro a posição política desse livro didático que circulava no meio da

elite letrada, o que se comprova ainda no prólogo da 8ª edição: “Sai expurgada e bastante melhorada esta edição. Deu-nos novos estímulos a larga aceitação deste nosso curso por ilustres professores tanto do Sul quanto do Norte do Brasil” (PEREIRA, 1918, p. 14) Fica evidente aqui uma ponta de exagero devido ao fato de o próprio autor se gabar tanto dizendo ter sido condecorado pelos “ilustres professores tanto do Sul quanto do Norte do Brasil” (PEREIRA, 1918, p. 14).

A gramática de Pereira era elementar significando o estudo das regras. Ela era dividida em gramática expositiva, as regras colocadas a cerca dos elementos da língua; exercícios analíticos, onde o autor faz demonstrações de análise fonética à análise sintática do período; sintaxe e estilística onde “A sintaxe e a estilística têm por objeto comum a fraseologia: a sintaxe, porém, mira a correção da frase, e a estilística, sua beleza.” (PEREIRA, 1948, p. 397). É importante salientar que se trata realmente do estudo de frases soltas e sem nenhum contexto.

Quanto ao conteúdo a Gramática Expositiva era taxativa e só trabalhava com explanações de conteúdos da língua-mãe, é “indispensável conhecimento prévio de latim” (PEREIRA, 1918, p. 10) e da língua portuguesa. Ele obedecia fielmente ao programa educacional da época respeitando o: “[...] pensamento do programa oficial [...]”; ou “Acompanhando [...] a lei de organização do ensino secundário”. A gramática reflete o espírito da época, diz bem como pensavam os intelectuais do início do século XX. A falta de exemplos que pudessem realmente colaborar com o ensino-aprendizagem também era justificado. Usava-se de tão somente exemplos que pertencessem ao universo empírico do estudante como por exemplo os provérbios que tinham como fim “aguçar o intelecto e formar o caráter” (PEREIRA, 1918, p. 11).

Durante o período mais violento da ditadura, no governo Médici, Leite Almeida publicou o Curso Prático de Português dividido em quatro grandes partes: gramática expositiva, estilística, gramática histórica, literatura luso-brasileira.

Em consonância com o contexto histórico e com a educação tecnicista, a gramática de Leite de Almeida traz nos exercícios provas de como esses dois elementos influíram na educação do período corroborando com o que diz Santos (2003, p. 20) “A escola nada mais faz do que continuar, preservar, perpetuar, garantir, aquele jeito, aquela forma pela qual a sociedade está organizada”.

No que se refere aos conteúdos, estes eram explanados e posteriormente reafirmados pelos exercícios chamados *testes*. Os testes reafirmavam o estilo da época. A escola queria formar pessoas capazes de realizar operações simples como marcar um xis (X) na resposta certa. Portanto, era assim procedido pedindo ao aluno que marcasse o correto ou completasse com o que estava faltando. Muitas vezes, cabia ao aluno repetir a frase dada e acrescentar ou mudar o que fosse pedido.

Um assomo à gramática anterior foi a quantidade de textos de autores renomados, brasileiros ou portugueses, isso não significava que havia contextualização, mas que os textos ilustravam as páginas da gramática e propiciavam ao aluno conhecer um pouco cada autor.

Daí surge a necessidade de se estudar literatura portuguesa e brasileira. O pequeno manual do final do livro traz apenas noções sobre estas duas vertentes, destacando cada período e exemplificando-os sem nenhuma profundidade. Bem como se pretendia que fosse o ensino na época, para um grande número de pessoas e sem se importar com a qualidade.

Assim, a aproximação dessas duas gramáticas que tiveram cada qual um prestígio público, possibilitou a reflexão sobre as gramáticas e o ensino de língua. Demonstrando por meio delas a expressão de continuidade e ruptura. Muito mais continuidade com os modelos sociais, econômicos e políticos do que ruptura propriamente. Talvez se possa pensar que a diferença, realmente considerada ruptura, fosse a forma como cada uma se serviu do seu propósito de ensinar língua portuguesa.

Ao longo desse trabalho pode-se delinear uma parte da história do século XX sob a perspectiva da Historiografia Lingüística, tendo como vistas as políticas educacionais do período, o contexto histórico e as gramáticas que foram parte integrante e indispensável ao ensino da língua materna em território nacional.

O objetivo aqui era perceber o que era continuidade e ruptura em duas gramáticas do século em questão, Gramática Expositiva e Curso Prático de Português, a fim de que se pudesse, num percurso historiográfico traçar os momentos em que se entrecruzavam a gramática como ensino de línguas sistemático, as leis educacionais, que mudaram constantemente para atender a caprichos egoístas de governantes que não se preocupavam com o povo apesar de terem praticado em grande parte do período uma política populista.

O período histórico escolhido foi de extrema conturbação. Estava-se constituindo uma nova forma de governo, era a transição da monarquia para a república, eram as Guerras Mundiais, era a Era Vargas e finalmente, os Anos de Chumbo. E pensar que em meio a tudo isso uma gramática como a de Pereira sobreviveu por cinquenta anos numa das melhores escolas públicas do país, Colégio Pedro II.

E até mesmo por isso muitos foram seus seguidores, entre eles Silas Leite de Almeida que não pensava na originalidade, mas na reprodução de um material, de um discurso já veiculado pela Gramática Expositiva reforçando a tese de que as gramáticas são pura continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silas Leite de. *Curso Prático de Português*. Belo Horizonte – MG: Vigília, 1971.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. Sintaxe do Português: de uma abordagem histórica para uma perspectiva inovadora. In: VALENTE, André (org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 258 – 262.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FACCINA, Rosemeire L. *Políticas Lingüísticas: Normatização do ensino de Língua Portuguesa no Século XX*. Tese de Doutorado. Puc-SP: SP, 2002.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MILANI, Sebastião Elias. *Romantismo, Cientificismo-Simbolismo na história da lingüística*. Tese de Doutorado, Cópia xerografada, ainda inédita.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. Curso Superior. 70. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 20. ed. Campinas, SP: Editores Associados, 2007.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 26. ed. São Paulo: Vozes, 2001.
- SANTOS, Wladimir dos. *Paulo Freire ao vivo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- SAVIANI, Dermeval [et al.]. *O legado educacional do século XX*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.